

Recesso custará Cz\$ 33 milhões

Brasília — Os contribuintes pagarão quase Cz\$ 33 milhões aos 479 deputados e 69 senadores, para que eles não trabalhem entre os dias 1º de outubro e 15 de novembro. Nesse período, ocorrerá o recesso branco (quando não são realizadas votações na Câmara e no Senado), oficializado ontem por acordo entre as mesas diretoras das duas casas legislativas.

Durante a reunião, foi aprovado também o pedido de licença para o presidente José Sarney viajar aos Estados Unidos, entre os dias 8 e 14 de setembro. A mesa da Câmara resolveu ainda fazer a reforma do plenário sem pedir autorização aos deputados. O líder do PDS, deputado Amaral Neto, disse que vai acampar no plenário, para impedir as obras, além de recorrer à Justiça com uma ação popular.

As mesas da Câmara e do Senado, como é de praxe em ano eleitoral, realizaram um acordo para que nada seja votado nos 45 dias que antecedem a eleição, para que deputados e senadores possam dedicar-se exclusivamente

à campanha, em seus estados. As sessões são formalmente realizadas, mas não existe ordem do dia de votação.

No recesso branco, os vencimentos dos parlamentares e funcionários do Congresso continuam sendo pagos normalmente. O rendimento mensal médio de um parlamentar é de cerca de Cz\$ 40 mil, divididos entre a parte que recebe por comparecimento, registrado no contra-cheque, e o auxílio fixo de transporte e verba de gabinete. Como o recesso branco será de 45 dias, os deputados e senadores receberão, cada um, Cz\$ 60 mil, sem estarem em Brasília. Isso custará aos cofres públicos o montante de Cz\$ 33 milhões.

Com a viagem do presidente Sarney aos Estados Unidos, o presidente do Senado, José Fragelli, vai assumir pela segunda vez a Presidência da República. O deputado Ulysses Guimarães, primeiro na linha de sucessão como presidente da Câmara e candidato à reeleição, ficaria inelegível se assumisse.